

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Está em curso uma forte transformação do território por via da expansão das centrais solares fotovoltaicas, importando antecipar e acautelar os seus impactos ambientais e sociais desfavoráveis, independentemente das suas vantagens e de contribuir para a mitigação das emissões de gases com efeito de estufa, num quadro de combate às alterações climáticas. A evolução rápida desta tendência traz novos desafios e dificuldades ao nível do planeamento energético, do ordenamento do território e da proteção dos recursos naturais (solo, água, biodiversidade). Só com uma visão sistémica sobre as transformações em curso será possível acautelar os problemas. Neste momento (2021) começam a observar-se crescentes conflitos ao nível do uso do solo. É tempo de antecipar problemas e soluções para que se consigam aproveitar as vantagens da energia solar.

Dependendo da localização e das características de cada projeto, poderão existir afetações significativas ao nível do solo, recursos hídricos, biodiversidade e gerar perturbações para as comunidades locais. Os instrumentos de planeamento e ordenamento do território terão de lidar com este desafio, a uma escala que tenderá a aumentar significativamente.

Estrangulamentos na ligação à rede

A partir de 2019, a realização de leilões para atribuição de licenças de produção de energia solar, veio introduzir um regime mais aberto e concorrencial, trazendo preços mais baixos (Decreto-Lei nº 76/2019). Contudo, todos os estímulos num contexto favorável induziram um aumento súbito no licenciamento de projetos que se depararam com várias limitações: déficit nas ligações à rede para injeção de energia e falta de resposta das instituições, o que se agravou com a pandemia por COVID-19.

Em abril de 2020, por Despacho nº 27/2020, a DGEG afirmava:

“... visto o ritmo de crescimento das solicitações de potências de ligação à RESP ter ultrapassado em muito todas as expectativas mais otimistas, atingindo valores impraticáveis ou inexecutáveis já que o seu processamento mobiliza as capacidades da DGEG e dos Operadores da RESP, que mesmo se expandidas, os ocuparão durante um largo período, eventualmente, anos.

Com efeito, a título de exemplo, a potência de ligação à RESP requerida e em tramitação, para

médias/grandes centrais, conta-se por vários milhares de pedidos e atinge presentemente os 253 GVA, em contraponto com o consumo nacional total de ponta que se situa próximo dos 13 GWh. Acrescem os pedidos homólogos para unidades de pequena produção e o autoconsumo, cerca de 3 milhares pedidos, totalizando, presentemente, o valor de 3 GVA.

Perante esta situação que já levou ao quase esgotamento capacidade de receção na RNT, tanto na AT, como na MAT, importa adotar medidas que obstem ao desvio de capacidades e recursos limitados, tornados mais escassos por razões de proteção da saúde pública, que permitam focalizar na conclusão dos procedimentos em curso, no aperfeiçoamento das estruturas administrativas e, muito em particular, no esforço de melhoramento dos sistemas de tramitação eletrónica, associados aos portais de serviços da DGEG e dos Operadores de Rede, para não prejudicar a prestação de serviços essenciais e o emprego”.

Crescimento da potência instalada

O PSD tomou conhecimento de que, no ano passado, foram instalados (reservados em potência) 700MW de potência solar em regime de leilão, e 3.100MW de parques negociados diretamente com a REN. Mais recentemente, a DGEG terá aprovado a generalidade dos pedidos submetidos para instalação de centros eletroprodutores (totalizando 80 centrais solares em mais de 17.000MW de potência - 17 vezes a potência solar atualmente instalada em Portugal), eventualmente superando as limitações acima referidas.

Contudo, e para que possamos realizar uma análise mais fundamentada sobre estes assuntos acima referidos, num contexto em que o Plano de Desenvolvimento e Investimento na Rede de Distribuição 2021-2025 (PDIRD-E 2020) se encontra na Assembleia da República para apreciação, é fundamental que seja disponibilizada informação adequada e devidamente atualizada.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm requerer ao Ministério do Ambiente e Ação Climática os seguintes elementos informativos:

1. Gráficos e dados atualizados referentes à evolução da capacidade instalada e da produção de energia solar em Portugal (por ano, por NUTS II)
2. Listagem (tabela) dos projetos de instalação de centrais solares fotovoltaicas submetidos à DGEG desde o início de 2018, apresentando os seguintes elementos informativos:
 - Designação da instalação
 - Promotor
 - Potência a instalar
 - Localização (concelho, freguesia)
 - Área de implantação global / Área de produção energética
 - Sujeição a Avaliação de Impacto Ambiental (se sim, data de emissão da DIA)
 - Taxas cobradas
 - Investimento financeiro estimado (caso tenha sido apresentado pelo promotor)
3. Em relação aos parques negociados “diretamente” com a REN importa ainda recolher, em acréscimo à informação mencionada no ponto 2., para cada um dos centros electroprodutores, o seguinte:
 - Custo com o investimento na rede a cobrar a cada produtor pela construção de rede e pelo reforço da mesma a montante;
 - Custos com estudos e projetos cobrados pela REN ao produtor
 - Ganhos ou margens de remuneração cobrados ou propostos cobrar pela REN ao produtor
 - Opinião/aprovação da DGEG sobre todos os montantes cobrados pela REN ao produtor
 - Opinião ou aprovação da ERSE sobre todos os montantes cobrados ou previstos cobrar ao produtor
4. Planos, estudos e elementos informativos adicionais que possam ser relevantes para analisar

as dinâmicas referidas na exposição de motivos.

Palácio de São Bento, 21 de maio de 2021

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

PAULO LEITÃO(PSD)

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

NUNO MIGUEL CARVALHO(PSD)

JOÃO MOURA(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)

ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)

FILIPA ROSETA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

JOÃO GOMES MARQUES(PSD)

ANTÓNIO MALÓ DE ABREU(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

PEDRO PINTO(PSD)